

Governo se protege com indexação

O governo brasileiro somente não perde mais com a inflação, porque na hora de tributar os impostos, também se utiliza dos indexadores para se proteger. Usando, por exemplo, a UFIR diária (Unidade Fiscal de Referência), o governo atualiza o valor do tributo a ser arrecadado na hora do recolhimento, evitando perder dinheiro pela inflação.

Ao fazer assim, o governo está acatando as regras gerais da inércia inflacionária, repassando para o presente a inflação do passado e condenando a inflação a ser sempre crescente no futuro. Por causa da inércia e da indexação geral, acatada por todos os setores, inclusive pelo governo, a inflação ganha perenidade e vida própria, independentemente dos fatores de custos ou de demanda.

Mas se o governo consegue evitar perdas na hora de arrecadar os tributos, o mesmo não ocorre ao administrar a dívida pública interna, cujo serviço (amortização, juros e encargos) cresce com a inflação. Acaba que a maior parte do dinheiro arrecadado pelo governo com os impostos vai mesmo é para pagar essa dívida interna. E fica faltando, assim, dinheiro para investir nas áreas prioritárias entregues à responsabilidade do setor público, tais como infra-estrutura

(energia elétrica, ferrovias, estradas de rodagem, etc), saúde, habitação e educação, por exemplo.

Assim, quanto maior a inflação, maior é o serviço da dívida pública interna, e menores serão as disponibilidades de recursos públicos para investimento nas áreas prioritárias, do interesse de toda a sociedade. Está aí outro componente perverso da inflação.

O outro componente perverso é o encolhimento das remunerações dos grupos de renda fixa (assalariados, aposentados, pensionistas, arrendatários etc). Estes grupos passam a suportar, com a inflação alta, crescentes perdas de poder aquisitivo e crescente empobrecimento. Como os empresários não se interessam em produzir mais (pois estão ganhando também no mercado financeiro) — outro efeito perverso — o número de **empregos** diminui, o **desemprego** aumenta (são conceitos diferentes) e com estes se agravam os problemas sociais e os índices de pobreza.

Acuado pelo crescimento do serviço da dívida pública interna, que cresce com a inflação, o governo fica impotente para agir diante das dificuldades sociais e passa a não dispor de recursos nem mesmo para sustentar sua própria máquina administrativa.

A partir daí, fica fácil entender a desorganização de todo o setor público. Sem dinheiro para se autogerir nem para investir em áreas prioritárias, o governo se encolhe, se desestrutura e fica também à mercê da **ciranda financeira**.

O País que vive uma **ciranda financeira** transforma-se, assim, num cassino, em terra de ninguém. Fica à mercê dos grupos especulativos e dos banqueiros que têm sua função desviada. A função de um banco é ajudar na produção, tomando dinheiro de quem tem, para emprestar a quem não tem, e viabilizar a produção de mais bens e mais serviços na economia. Com a **ciranda**, esta função fica minimizada e todas as atenções voltam-se para os ganhos especulativos.

Com a **ciranda financeira** cria-se o paradoxo da recessão: embora o País como um todo, mergulhado na recessão, no desemprego, na carestia, comece a se empobrecer, alguns seletos grupos, os que ganham com a inflação, tornam-se mais ricos e mais poderosos. Naturalmente, isto não pode durar para sempre. Em algum ponto vai haver uma ruptura econômica e social do sistema. Mas até lá, muitos poucos ganharam muito, e a renda do País tornou-se mais concentrada e a Nação como um todo mais fraca e mais miserável. (H.R.)